



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONCÓRDIA

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

Inquérito Civil n. 06.2017.00002778-8

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, pelo Promotor de Justiça **Marcos De Martino**, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Concórdia/SC e o **Município de Concórdia/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n. 83 .024.257/0001-00, representado pelo Prefeito **Rogério Luciano Pacheco**, brasileiro, casado, portador do RG n. 841.667 e inscrito no CPF n. 540.567.809-00, natural de Vacaria/RS, nascido em 5 de agosto de 1967, residente na Rua Marechal Deodoro, n. 153, apartamento n. 2, em Concórdia/SC, diante das constatações e informações reunidas no Inquérito Civil n. 06.2017.00002778-8, resolvem celebrar o presente **TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA**, consoante artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85¹ e artigo 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/00², com fundamento nas cláusulas estabelecidas na sequência:

CONSIDERANDO que o artigo 127 da Constituição da República conferiu ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, assim como promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimidade ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos afetos à Infância e Juventude, inclusive os individuais, segundo o disposto nos artigos 129, inciso III, da Constituição da República, 201, inciso V e 223, ambos da Lei n. 8.069/90³ e 82 da Lei Complementar Estadual n. 197/00;

¹ Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

² Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina.

³ Estatuto da Criança e do Adolescente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONCÓRDIA

CONSIDERANDO que o Ministério Público poderá tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial (artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85);

CONSIDERANDO que o Ministério Público, nos inquéritos civis ou nos procedimentos administrativos preparatórios que tenha instaurado e desde que o fato esteja devidamente esclarecido, poderá formalizar, mediante termo nos autos, compromisso do responsável quanto ao cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, ou das obrigações necessárias à integral reparação do dano, que terá eficácia de título executivo extrajudicial (artigos 201, inciso V, 210, inciso I, 211 e 223, todos da Lei n. 8.069/90 e artigo 89, da Lei Complementar Estadual n. 197/00);

CONSIDERANDO que o artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, afirma que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]" (destacou-se);

CONSIDERANDO que o artigo 6º da Constituição Federal insere, no rol dos direitos sociais, o lazer e a proteção à infância, cuja tutela cabe ao Ministério Público, conforme exposto no artigo 127 do mesmo Diploma Legal;

CONSIDERANDO que o artigo 217, § 3º, da Constituição Federal determina que "o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social" (destacou-se);

CONSIDERANDO que o artigo 227 da Constituição da República dispõe que "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (destacou-se);

CONSIDERANDO que o artigo 4º da Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) reafirma o exposto na Constituição da República, no sentido de que "é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONCÓRDIA

referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, **ao lazer**, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária" (destacou-se);

CONSIDERANDO que o artigo 59 do Estatuto da Criança e do Adolescente define que "**os municípios**, com apoio dos estados e da União, **estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações** culturais, esportivas e de **lazer voltadas para a infância e a juventude**" (destacou-se).

CONSIDERANDO que o artigo 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente expõe que "é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente";

CONSIDERANDO que o artigo 71 do Estatuto da Criança e do Adolescente coloca que "**a criança e o adolescente têm direito a** informação, cultura, **lazer**, esportes, **diversões**, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento" (destacou-se);

CONSIDERANDO que, no que diz respeito às normas de segurança, fiscalização e manutenção de equipamentos de lazer em parques de diversões, playgrounds, praças e parques infantis instalados em espaços públicos, a Lei Estadual n. 16.517/14 estabelece, logo no artigo 1º, que "**os equipamentos de lazer em** parques de diversões, playgrounds, **parques infantis e praças, instalados em áreas públicas** e em bufês infantis e estabelecimentos particulares similares que explorem atividades recreativas, **devem estar de acordo com as normas definidas na NBR 14350-1 e 14350-2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para a sua instalação, manutenção e o seu funcionamento**" (destacou-se);

CONSIDERANDO que o artigo 2º da Lei Estadual n. 16.517/14 prevê, ainda, que "**ao lado de cada equipamento** instalado nos locais referidos no artigo 1º desta Lei **devem ser afixados cartazes, em local visível para os seus usuários, indicando suas especificações e limitações para uso, conforme instrução do fabricante, nos termos da Norma Técnica vigente expedida pela ABNT, com uma via do Laudo Técnico dos equipamentos**" (destacou-se);

CONSIDERANDO que a instalação e a manutenção dos parques infantis públicos devem observar, necessariamente, o disposto nas **NBR's**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONCÓRDIA

14350-1, 14350-2, 16071, 9050, todas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (destacou-se);

CONSIDERANDO que, por intermédio do Inquérito Civil n. 06.2017.00002778-8, o Promotor de Justiça Marcos De Martino, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Concórdia/SC, constatou a presença de irregularidades nos brinquedos do Parque Infantil da Praça Dogello Goss, em Concórdia/SC, conforme demonstrou o Laudo de Inspeção de fls. 79/109;

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar tal situação, garantindo-se a proteção à segurança das crianças e demais pessoas que frequentam o Parque Infantil da Praça Dogello Goss;

CONSIDERANDO, por fim, que o **Município de Concórdia/SC**, representado pelo Prefeito **Rogério Luciano Pacheco**, possui interesse em resolver tal irregularidade amigavelmente, adotando-se, para tanto, as providências necessárias;

RESOLVEM CELEBRAR o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fundamento no artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar n. 197/00, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

PARTES

1.1 COMPROMITENTE: O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, neste ato representado pelo **Promotor de Justiça Marcos De Martino**, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Concórdia/SC;

1.2 COMPROMISSÁRIO:

- o **Município de Concórdia/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n. 83 .024.257/0001-00, representado pelo **Prefeito Rogério Luciano Pacheco**, brasileiro, casado, portador do RG n. 841.667 e inscrito no CPF n. 540.567.809-00, natural de Vacaria/RS, nascido em 5 de agosto de 1967, residente na Rua Marechal Deodoro, n. 153, apartamento n. 2, em Concórdia/SC.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONCÓRDIA

CLÁUSULA SEGUNDA

OBJETO

Este Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta tem como objeto obrigar o Município de Concórdia/SC a regularizar os brinquedos do Parque Infantil da Praça Dangello Goss às normas de segurança pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

OBRIGAÇÃO

O COMPROMISSÁRIO se compromete, a partir da data da assinatura do TAC, na **obrigação de fazer**, consistente em regularizar e adequar, no **prazo máximo de XX dias**, os brinquedos do Parque Infantil da Praça Dangello Goss às normas de segurança pertinentes, a fim de que eles passem a oferecer a segurança necessária aos usuários.

CLÁUSULA QUARTA

OBRIGAÇÃO

O COMPROMISSÁRIO se compromete, a partir da data da assinatura do TAC, na **obrigação de fazer**, consistente em não desativar Parque Infantil da Praça Dangello Goss, de forma a garantir o direito ao lazer da população, salvo em caso de necessidade de se garantir a segurança dos usuários.

CLÁUSULA QUINTA

OBRIGAÇÃO

O COMPROMISSÁRIO se compromete, a partir da data da assinatura do TAC, na **obrigação de fazer**, consistente em comprovar, por intermédio de laudo assinado por Engenheiro (no qual deverá ser mencionado se os brinquedos do Parque Infantil da Praça Dangello Goss estão funcionando, se já



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONCÓRDIA

oferecerem a segurança necessária, se não ofendem a legislação, se estão respeitando as normas da ABNT e se já podem ser utilizados pela população, sem a presença de riscos), perante a 3ª Promotoria de Justiça de Concórdia/SC, no **prazo máximo de XX (XX) dias**, a partir do término do prazo estipulado na CLÁUSULA TERCEIRA, o cumprimento das obrigações assumidas no presente compromisso.

CLÁUSULA SEXTA

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização das cláusulas do presente compromisso de ajuste de conduta será realizada quando esgotados os prazos anteriormente previstos ou quando se fizer necessário, sem prejuízo de vistoria *in loco* sem prévio aviso.

CLÁUSULA SÉTIMA

DESCUMPRIMENTO

O descumprimento das cláusulas supracitadas, por parte do COMPROMISSÁRIO, implicará em cláusula penal, submetendo-o à multa de **R\$ XX (XX reais) por xx de atraso** no descumprimento das obrigações, a ser arcada pessoalmente pelo Prefeito, que deverá ser reajustada mensalmente pela taxa SELIC, a ser revertida para o **FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS**, criado pelo Decreto Estadual n. 10.047, de 10 de dezembro de 1987 (conta corrente: 63.000-4, agência: 3582-3, Banco do Brasil, CNPJ n. 76.276.849/0001-54), conforme artigo 13 da Lei n. 7.347/85.

§ 1º - No caso de descumprimento das cláusulas ajustadas, o COMPROMISSÁRIO fica ciente de que além da execução da multa acima referida, haverá execução judicial das obrigações, com o ajuizamento de ação civil pública.

§ 2º - O pagamento da multa não exime o COMPROMISSÁRIO da obrigação de dar andamento à execução das obrigações inadimplidas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONCÓRDIA

CLÁUSULA OITAVA

JUSTIFICATIVAS

Considerar-se-á como justificativa ao descumprimento das cláusulas ajustadas a ocorrência de caso fortuito ou força maior, que deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado.

CLÁUSULA NONA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA

Os parâmetros pactuados no presente Termo não eximem as partes do cumprimento das exigências judiciais determinadas, ainda que de modo cautelar, em ações civis ou criminais já propostas e em tramitação, assim como em procedimentos extrajudiciais já instaurados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA** compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cíveis cabíveis em desfavor do **COMPROMISSÁRIO**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos dentro das condições previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente Termo de Ajuste de Conduta entrará em vigor a partir da data de sua celebração e terá prazo indeterminado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONCÓRDIA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 784, inciso IV e XII, do Novo Código de Processo Civil, de modo que o arquivamento do **Inquérito Civil n. 06.2017.00002778-8** será submetido à homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público, conforme determinado pelo artigo 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/85 e pelos artigos 19, 25, inciso II e 26, § 1º, todos do Ato n. 335/2014/PGJ.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia/SC para dirimir questões oriundas deste Termo de Ajuste de Conduta.

Ao final, o presente Termo de Ajustamento de Conduta foi lido, em voz alta, pelo Promotor de Justiça, na presença das testemunhas.

Concórdia/SC, 16 de maio de 2018.

Marcos De Martino
Promotor de Justiça

Rogério Luciano Pacheco
Prefeito de Concórdia/SC

TESTEMUNHAS:

Keyla Neris

Maria Julia Burk Ribeiro